



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 12 – Ano VI – 10/2017
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

**DEIXAI AOS MORTOS O CUIDADO DE ENTERRAR OS SEUS MORTOS –
Aspectos da financeirização do capital no programa ProJovem Trabalhador.**

Prof^a. MSc. Mônica Paulino de Lanes
Mestre em Política Social pela UFES
Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Docente do Curso e Departamento de Serviço Social da UFVJM – Campus Mucuri.
<http://lattes.cnpq.br/8662399514314223>
E-mail: monicapaulinodelanes@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar como os aspectos da financeirização do capital aparecem no programa ProJovem Trabalhador. Partimos do entendimento de que as transformações sociais contemporâneas têm requisitados um novo formato para as políticas sociais. No caso específico desse programa duas principais características têm se explicitado em relação à força de trabalho juvenil: por um lado o programa tem se mostrado como importante estratégia de formação/conformação, com o reforço do discurso do empreendedorismo; e por outro lado, tem servido como mecanismo de inserção dessa força de trabalho no mundo das finanças. Para elaboração desse trabalho realizamos pesquisa bibliográfica e documental. Apresentaremos aqui o desenvolvimento do programa, suas características e sua relação com a financeirização.

Palavra-chaves: Financeirização, Política Social e ProJovem Trabalhador.

1 – Introdução

O capitalismo contemporâneo requisita um novo formato para as políticas sociais¹ como forma de assegurar a reprodução da acumulação capitalista. Atendendo a esse novo formato as políticas sociais têm como principal pressuposto possibilitar a inserção da força de trabalho no mundo das finanças (GRANEMANN, 2007). Assim, o objetivo desse artigo é analisar os aspectos da financeirização do capital no programa ProJovem Trabalhador, compreendendo-o como parte desse novo formato das políticas sociais. Para isso realizamos pesquisa bibliográfica e documental e apresentaremos o desenvolvimento do programa, suas características e sua relação com a financeirização.

A crise do capital dos anos 1960/1970, período em que a onda expansiva se esgotou, marca a entrada na terceira fase do capitalismo monopolista, e as formas encontradas pelo capital para enfrentar essa crise vão fundamentar as bases do capitalismo contemporâneo (CARCANHOLO, 2011), que tem como características fundamentais: a reestruturação produtiva; a ideologia neoliberal; e a financeirização do capital², com a extraordinária ampliação do capital fictício³.

A financeirização é resultado da superacumulação e da queda da taxa de lucros dos investimentos industriais. Como o capital prefere não produzir do que produzir sem lucro, uma grande parte do capital ficou disponível na forma de capital-dinheiro, e parte desse valor (na forma capital-dinheiro) é investido no setor de serviços⁴, ou seja, parte do mais-valor é consumido no investimento no setor de serviços.

¹ Entendemos Política Social como uma das estratégias de enfrentamento às expressões da “questão social” surgida na fase monopólica do capital como resposta à luta dos trabalhadores, mas que, contraditoriamente, também atendeu à demanda do capital, na busca dos superlucros. Para aprofundar esse debate consultar Behring; Boschetti (2007) e Behring (2002).

² Para outras informações sobre consultar: Netto; Braz (2006); Harvey (2003).

³ Entendemos o capital fictício como um desdobramento do capital do capital comércio de dinheiro em capital a juros, que é parte do processo de autonomização das formas funcionais do capital. Assim, o capital fictício se constitui na promessa de apropriação de uma parte do valor que ainda será produzida (CARCANHOLO, 2011; CARCANHOLO, NAKATANI, 1999; MARX, 1984).

⁴ O capitalismo não pode funcionar sem uma determinada massa de capital na forma dinheiro, e também não pode funcionar sem uma massa de capital fictício. Marx (1984, p. 238) afirma que “determinada parte do capital tem de constantemente existir como tesouro, capital monetário potencial: reserva de meios de compra, reserva de meio de pagamento, capital desocupado que, em forma-dinheiro, espera sua aplicação; e parte do capital reflui constantemente nessa forma”.

Entretanto, dada a dificuldade de encontrar espaços de valorização, um montante extremamente significativo permaneceu na circulação buscando valorizar-se, o que possibilitou o crescimento brutal do capital fictício. Fato que faz parecer que o processo de valorização do capital pode se dar sem a mediação da produção, mas que na verdade drena os ganhos da mais-valia global⁵, ou seja, trata-se da exponenciação do parasitismo (NETTO; BRAZ, 2006).

Os resultados desse processo de ampliação do capital fictício, característica marcante do capitalismo contemporâneo, aliados às consequências da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, trazem impactos para as classes trabalhadoras: 1) Como se trata da apropriação de uma mais-valia que ainda não foi produzida é preciso expandir a massa de mais-valia produzida, o que significa aumento da exploração em suas diversas formas (redução de salários e dos direitos, prolongamento da jornada de trabalho e intensidade do trabalho); 2) O capital fictício demanda uma maior reforma do Estado (mais privatizações, reduções dos gastos públicos), como forma de assegurar espaços de valorização do capital, e o aumento da dívida pública para salvar os mercados financeiros (CARCANHOLO, 2011).

Feitas essas primeiras e rápidas aproximações, precisamos pensar agora em que medida a financeirização do capital impacta o programa e que traços dessa nova fase do capital vão se manifestar no ProJovem Trabalhador.

2- ASPECTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO NO PROGRAMA PROJOVEM TRABALHADOR

As primeiras experiências efetivas de políticas sociais para juventude se iniciam, no Brasil, a partir dos anos 1980. Na década seguinte houve um grande aumento de iniciativas, muitos deles voltados à geração de emprego e renda para a juventude (SPOSITO; CARRANO, 2003). Nos anos 2000 há um salto de qualidade, em relação

⁵ Marx (1984, p. 242) tratando do capital monetário afirma que “é igualmente claro que seu lucro é apenas uma dedução da mais-valia, uma vez que só tem a ver com valores já realizados (mesmo que realizados apenas em forma de títulos de crédito).

às políticas anteriores, nas ações voltadas a esse público, dentre elas: a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em 2004, do Grupo Interministerial e da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005; a realização da Conferência Nacional de Juventude também em 2005. O programa ProJovem surge também em 2005 como resultado do diagnóstico realizado do Grupo Interministerial que recomendava maior integração e complementaridade entre os programas voltados para a juventude e tinha como objetivo aumentar o nível de escolaridade de modo a inserir esses jovens no mercado de trabalho⁶ (BRASIL, 2008), em razão dos altos índices de desemprego dos jovens.

Em 2007 foi lançado o Programa ProJovem Integrado que agrupou seis programas: o próprio ProJovem, o Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Juventude cidadã e o Consórcio da Juventude. A mudança pretendia alcançar um número maior de jovens para além das regiões metropolitanas (BRASIL, 2008). Em 2008 iniciam as atividades do ProJovem Integrado através de quatro modalidades: ProJovem Urbano⁷; ProJovem do Campo⁸; ProJovem Adolescente⁹ e ProJovem Trabalhador.

O ProJovem Trabalhador ficou sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho (MTE)¹⁰, unificando as ações do Consórcio Social da Juventude, Empreendedorismo Juvenil, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, tendo como objetivo “[...] preparar o

⁶ “A reificação das relações sociais capitalistas, que fazem com que as relações entre as mercadorias assumam características de relações sociais, pode ser expresso, no caso em estudo, no uso do termo “mercado de trabalho” que aparece personificado, escondendo “[...] que o mercado de trabalho resulta de relações sociais, relações de força e de poder vinculadas a interesses de grupos e frações das classes sociais [...]” (FRIGOTTO, 2004, p. 182).

⁷ ProJovem Urbano: Destina-se a jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas que não concluíram o ensino fundamental. Oferece elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, participação em ações de cidadania e uma bolsa mensal de R\$ 100,00. Duração de 18 meses (BRASIL, 2010).

⁸ ProJovem Campo: A modalidade oferece elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, e capacitação profissional de jovens de 18 a 29 anos que atuam na agricultura familiar. Tem duração de 24 meses e é ministrado conforme a alternância dos ciclos agrícolas, respeitando o período em que os alunos trabalham no campo (BRASIL, 2010).

⁹ ProJovem Adolescente: Destina-se a jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que integram famílias beneficiárias do Bolsa Família. Duração de 24 meses, visa elevar a escolaridade e reduzir os índices de violência, uso de drogas, das doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce (BRASIL, 2010).

¹⁰ O ProJovem Trabalhador tem duas submodalidades: o Consórcio Social da Juventude e o Juventude Cidadã. Inclusive, parte da legislação é diferente para o ProJovem Trabalhador – Consórcio Social da Juventude, o qual segue a orientação da Portaria 2043 de 22 de outubro de 2009; o ProJovem Trabalhador – Juventude Cidadã, por sua vez, segue a Portaria 991 de 27 de novembro de 2008. Ambos, seguem as orientações do Decreto 6629 de 2008.

jovem para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho” (BRASIL, 2008; 2010).

Os jovens inscritos no programa¹¹ recebem uma bolsa de R\$ 100,00 mensais, durante a execução do programa e não podem ser cumulativos a outros benefícios sociais federais de natureza semelhante¹². O valor é repassado diretamente do governo federal para os beneficiados do programa através de uma conta bancária, constituindo-se em mais um dos programas de transferência de renda, porém de caráter ainda mais pontual do que os demais programas das políticas de assistência social, uma vez que tem duração muito restrita, em média 12 meses, e com valor extremamente residual.

Por um lado, os programas de transferência entram como substituto da ausência de rendimentos provocada pelo desemprego ou o emprego precarizado (STEIN, 2008) e ganham maior destaque como forma de diminuir a incapacidade de reduzir as desigualdades que afetam de forma especial a juventude, diante da crise do capital e da ausência de direitos. Algumas avaliações apontam o quanto essa renda tem sido importante para esses jovens (SPOSITO; CORRACHANO).

Por outro lado, tais programas envolvem também o processo de inserção da força de trabalho (empregada, desempregada ou em formação) no mundo das finanças, pois são viabilizadas por meio de instrumentos creditícios e financeiros operadas por grandes instituições bancário-financeiras. As múltiplas formas de monetarização da política social, via “bolsas”, substituem gradualmente as políticas sociais universais, e expressando, ao mesmo tempo, oportunidades de acumulação para os capitais bancários-financeiros¹³, uma vez que volumes extraordinários de recursos são

¹¹ Para participar o jovem deveria: a) ter entre 18 a 29 anos; b) não ter vínculo empregatício; c) renda familiar per capita de até um salário mínimo; d) cursando ou ter concluído o ensino fundamental ou cursando ou ter concluído o ensino médio, e não estejam cursando ou não tenha concluído o ensino superior.

¹² Consideram-se de natureza semelhante ao auxílio financeiro mensal a que se refere o **caput** os benefícios pagos por programas federais dirigidos a indivíduos da mesma faixa etária do ProJovem (Inciso 5º do Artigo 47 da Lei 6.629 de novembro de 2008).

¹³ “[...] Com o desenvolvimento do sistema bancário e nomeadamente tão logo os bancos paguem juros por depósitos, as poupanças de dinheiro e o dinheiro momentaneamente inativo de todas as classes são depositados neles. Pequenas somas, cada uma por si incapaz de atuar como capital

drenados para instituições bancário-financeiras para que sejam feitos míseros repasses para os beneficiados dessas políticas (GRANEMANN, 2007).

No que se refere à execução do Programa, a legislação (Termo de Referência 991 de 2008) delega tais execuções a Estados e Municípios com população com acima de 20 mil habitantes e não há necessidade de convênio, acordo, contrato, ajuste ou outro instrumento congênere, o que não dispensa a prestação de contas (Brasil, 2008)¹⁴.

Essa forma de gerir a máquina pública, que se tornou comum na gestão das políticas sociais – a privatização, expressa a lógica da transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, quando cabe ao Estado o papel de financiador e ao terceiro setor o de executor. Tal fenômeno é parte do processo de contrarreforma do Estado¹⁵ (BEHRING, 2003). Concordamos com Granemann (2007) ao afirmar que é inadequado denominar de política social os serviços sociais operados por agentes privados, mesmo de que forma gratuita, pois considerar política social a privatização do fundo público (em suas várias formas) contribui para a consolidação do fetiche de que o capital pode, através de organizações privadas, operar direitos sociais de maneira pública, coletiva e universal. Constituindo-se em uma forma de ocultar a socialização dos recursos produzidos pelos trabalhadores e apropriados pelo capital.

Um dos objetivos do programa é permitir o acesso à formação profissional integral associando a elevação da escolaridade através da formação básica de 800 horas

monetário, são unificadas em grandes massas e constituem assim um poder monetário [...]” (MARX, 1984, p. 303).

¹⁴ Para a celebração dos convênios a entidade de direito privado sem fins lucrativos na execução do ProJovem Trabalhador deverá ser precedida de seleção por chamada pública e essas deverão comprovar experiência de no mínimo 03 anos no objeto do convênio; ter capacidade física instalada necessária à execução do objeto do convênio; ter capacidade técnica e administrativo-operacional adequada para execução; e apresentar proposta com adequação entre os meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados previstos, em conformidade com as especificações técnicas do termo de referência e edital de chamada pública (BRASIL, 2008).

¹⁵ Para Behring (2003) a contrarreforma do Estado é síntese da expressão das reformas que o Estado faz na direção dos interesses do mercado, caminhando o forte enxugamento da máquina do Estado. Na atualidade esse processo de contrarreforma tem se intensificado e explicitado enormemente a PEC 55/2016 é uma ótima síntese desse processo de redução do Estado com vistas à ampliação do mercado.

acrescida da formação profissional com carga horária de 350 horas e 50 horas de atividades de ações comunitárias (BRASIL, 2008). À primeira vista tal objetivo parece ser um avanço, pois, representa, do ponto de vista do ato individual e isolado, a perspectiva do acesso à educação que muitas vezes é negada à juventude das classes trabalhadoras. Do ponto de vista da totalidade é preciso considerar a juventude como parte importante da superpopulação relativa¹⁶.

Marx (2013) analisando a Lei Geral da Acumulação Capitalista¹⁷ explicitou a importância das mulheres, dos jovens e das crianças no processo de reprodução do capital, como estratégia de redução do valor pago à força de trabalho permitindo, assim, maior apropriação de trabalho excedente não pago, uma vez que tal ingresso significava a ampliação do exército industrial, forçando a redução do valor da força de trabalho.

Apesar das profundas mudanças no processo de acumulação do capital na atualidade, especialmente com o aumento da composição orgânica do capital e as profundas mudanças na organização do trabalho, após a crise dos anos 1960/1970, partimos do entendimento de que a juventude permanece como um dos sujeitos fundamentais na composição da superpopulação relativa na atualidade, contribuindo ativamente para o processo de reprodução ampliada do capital. Concordamos com Mandel (1982) quando afirma que o capital, contraditoriamente, apresenta resistência à essa crescente automação¹⁸ (que gera uma desqualificação relativa do trabalho e não uma desqualificação absoluta) e uma das formas de resistência inclui

¹⁶ Para Marx o exército industrial de reserva, ou superpopulação relativa é o resultado de um processo dialético, do capital, de criação e supressão simultânea de trabalho necessário (ROSDOLSKY, 2001). Isto porque o pleno desenvolvimento do capital só ocorre quando o processo de produção deixa de estar subordinado à habilidade direta do trabalhador e aparece como aplicação técnica da ciência, dando à produção um caráter científico e reduzindo o trabalho à um simples momento desse processo (MARX, 2011, p. 584-587).

¹⁷ Ver capítulo XXIII de O Capital (MARX, 2013).

¹⁸ Para Mandel a principal característica do capitalismo tardio “[...] não é um declínio nas forças de produção, mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição: desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias (cuja produtividade média do trabalho se viu restrita a um nível inteiramente sem relação ao que é hoje possível, em termos técnicos e científicos) contaminação da atmosfera, das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante – os aspectos do imperialismo ou do capitalismo tardio tradicionalmente mais denunciados pelos socialistas (MANDEL, 1982, p. 151).

o uso de trabalho nos ramos semi-automatizados, tais como a força de trabalho das mulheres, jovens e menores, como já feito em períodos anteriores do capital e já mostrados por Marx (2013).

A proposta de elevação da escolaridade que fundamenta o programa expressa também uma tendência à socioeducação em programas voltados para a juventude, indicando haver uma deficiência nos sistemas de ensino não só no campo pedagógico, mas também, na função socializadora da escola, que não formaria para a cidadania (SPOSITO et al., 2006), fato que estaria criando, segundo esses autores, uma via paralela de educação não-escolar para jovens pobres, o que os leva a questionar se essa via estaria oferecendo uma proposta melhor que a rede pública. Sendo a resposta afirmativa: por que não a articular com o sistema de ensino? Se a resposta for negativa nos faz crer que se trata apenas de ocupar o tempo livre dos jovens dos bairros pobres. Identificamos, desse modo, que há uma orientação geral de cidadania específica em torno do jovem pobre.

A socioeducação pode se tornar também um espaço mitificador, camuflando as reais bases da relação entre juventude e o trabalho, uma vez que o jovem é levado a crer que o seu lugar no “mercado de trabalho”, ou a ausência desse lugar, é de sua responsabilidade; e ainda contribui para construir o perfil adequado do jovem trabalhador. Fato que pode confirmar essa tese é que o programa definiu como meta a inserção de no mínimo 30% dos jovens no mercado de trabalho, sendo admitidas as seguintes formas de inserção: a) emprego formal (comprovado através de cópias da carteira assinada dos jovens); b) estágio ou jovem aprendiz (comprovado através de cópias dos contratos); c) ou formas alternativas geradoras de renda (Brasil, 2008). O programa não apresentou nos últimos anos dados de acompanhamentos dos jovens egressos, mas tudo nos leva a acreditar, incluindo o conteúdo programático do programa, que grande parte desses jovens se enquadra na terceira alternativa – formas alternativas geradoras de renda.

Para Chesnais (2005) o capital portador de juros tem uma tendência a demandar da economia mais do que ela pode dar, é uma das forças motrizes da desregulamentação do trabalho e das privatizações, que tende a modelar a sociedade atual, forçando todos a se adaptarem às exigências da economia, sem

considerar as posições já conquistadas, de modo que as relações sociais sejam quase totalmente submetidas à sombra da ditadura dos mercados financeiros.

Em nosso entendimento esse enfrentamento, totalmente à sombra da ditadura dos mercados financeiros, tem se dado de duas formas: 1) Para os jovens que se ajustam às medidas: políticas sociais voltadas para a formação da força de trabalho atendendo ao discurso da empregabilidade e da formação de “capital humano”¹⁹. Dentre essas políticas citamos as políticas de geração de emprego e renda, em que o ProJovem se enquadra, e a nova proposta do ensino médio que privilegia prioritariamente a formação técnica da força de trabalho; 2) Para os jovens que não se ajustam: encarceramento, fato que pode ser facilmente verificado observando o número de jovens encarcerados, principalmente os jovens homens, negros e das periferias.

Assim, entendemos que há um imbricamento entre a política social e a política penal, atendendo aos interesses da financeirização do capital: De um lado programas focalizados, fragmentados; e de outro a ampliação e consolidação de uma rede policial-penal. As duas estratégias são parte de um único dispositivo que tem por finalidade a gestão e controle social dos pobres, de modo a retificar comportamentos das populações recalcitrantes, assegurando o expurgo cívico dessa população considerada o incorrigível (WACQUANT, 2003), e sobretudo de manter os padrões de acumulação do capital.

É preciso ressaltar que com o aprofundamento da crise do capital, que no Brasil culminou com o Golpe parlamentar de 2016, o uso das contratendências²⁰ se

¹⁹ Concordamos com Allan Bhir (2012) ao afirmar que o conceito de capital humano é na verdade a expressão ideológica para camuflar a categoria força de trabalho, atendendo aos objetivos dos Organismos Internacionais para os países de capitalismo periférico, que individualiza, psicologiza e convencem as classes trabalhadoras a sempre manterem-se mobilizadas para conservar esse “capital humano”.

²⁰ Para Romero (2009) dentre as contra-tendências que permitem a recomposição do capital pós crises estão: a) Elevação do grau de exploração do trabalho – aumento da mais-valia absoluta e relativa imprimindo ritmo maior à produção; b) Redução dos salários – atua como tendência e como contra-tendências. “[...] Ao reduzir os salários, as empresas que o fazem conseguem elevar ou manter a sua taxa de lucro, mas a mínima expansão dessa medida implica justamente o inverso, pois retrai ainda mais o consumo, antecipando ou acirrando a superprodução (2009, p. 20); c) Desemprego – “Ele é irmão gêmeo da acumulação”, a sua existência força um aumento da concorrência entre os próprios trabalhadores, pressionando os salários para baixo; d) Desvalorização de capitais – “[...] significa que o desenvolvimento das forças produtivas se converte em desenvolvimento das forças destrutivas, que é a maneira pela qual o capitalismo consegue um novo

intensificou, culminando na maior apropriação do fundo público para atender às necessidades do capital, em detrimento às dos trabalhadores, explicitando os traços do neoliberalismo num país de capitalismo periférico²¹. No caso da juventude significou a paralisação de grande parte das políticas destinadas a esse segmento. Algumas ações simplesmente foram abandonadas, outras suprimidas (a exemplo a extinção da Secretaria Nacional de Juventude), e outras não recebem mais recursos, como é o caso do ProJovem Trabalhador.

Historicamente os programas e ações para juventude são fragmentados e descontinuados, o que facilita que não existam comunicados oficiais sobre o cancelamento ou suspensão deles. Precisamos considerar ainda que de um modo geral a proposta aprovada de Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017) recupera eficientemente e com menor custo um dos objetivos principais do programa analisado aqui: formação/conformação da força de trabalho com vistas à adequação às demandas da financierização do capital.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, assim, que a análise do ProJovem Trabalhador mostra que o programa é (ou era) uma importante estratégia no cotidiano desses jovens, como um instrumento na efetivação de direitos sociais e disputa do fundo público pelos trabalhadores, e ainda como mecanismo de sobrevivência.

impulso. Mercadorias invendáveis, fechamento de empresas e desvalorização/desocupação da força de trabalho são as formas mais comuns da sua manifestação, mas a sua destruição física, por meio da guerra, queima de estoques e fome é que ocupou um papel principal nos momentos mais críticos” (2009, p. 21); e) Apropriação de fundos públicos – várias medidas de transferência de dinheiro público para o grande capital não são necessariamente contra-tendências, mas no século XX e nesse século essa medida ocuparam e ocupam papel importante na compensação de prejuízos do capital.

²¹ Para Carcanholo (2017) a dependência contemporânea está diretamente ligada à implementação das estratégias neoliberais. Ele afirma que o processo inteiro (a abertura dos mercados, a privatização de setores estratégicos, a desnacionalização, vulnerabilidade externa) pode ser resumida no tripé: transnacionalização; desindustrialização; reprimarização das economias dependentes. Tripé esse que acentua os mecanismos de transferência de valor dos países de capitalismo periférico para os países de capitalismo central, reforçando a dependência.

Como uma das políticas de distribuição de renda, cumpre importante papel no processo de financeirização de capital: assistencialismo minimalista e monetarizado para os jovens pobres sem condições de inserção ao emprego, possibilitando ao capital bancário acesso e manipulação de grandes somas de recursos que resultarão em juros que serão apropriados pelo capital. Como política de geração de trabalho, emprego e renda para a juventude, contribui significativamente no processo de formação/conformação da força de trabalho para atender às demandas atuais do capital, seja atribuindo as “qualificações” técnicas e políticas necessárias aos jovens trabalhadores que terão acesso ao trabalho, seja reforçando o ideário do empreendedorismo (seguindo a orientação dos organismos internacionais) para aqueles que irão compor o exército industrial de reserva. Nas palavras de Marx (2014, p.64): “[...] não faltarão aos senhores capitalistas carne e sangue frescos para serem explorados e aos mortos será determinado que enterrem os seus mortos”.

Abstract: The purpose of this article is to analyze how aspects of financialization of capital appear in the ProJovem Worker program. We start from the understanding that contemporary societal transformations have required a new format for social policies. In the specific case of this program, two main characteristics have been made explicit in relation to the youth workforce: on the one hand the program has been shown as an important formation / formation strategy, with the reinforcement of the discourse of entrepreneurship; And on the other hand, has served as a mechanism for insertion of this workforce into the world of finance. For the preparation of this work we perform bibliographical and documentary research. We will present here the development of the program, its characteristics and its relation with financialization.

Keywords: Finance, Social Policy and ProJovem Worker.

4- REFERÊNCIAS

BIHR, Alain. *A fraude do conceito de capital humano*. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=2146>. Acessado no dia 20 de março de 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Portaria 2043* de 22 de outubro de 2009.

_____. Ministério do Trabalho. *Decreto nº 6.629*, de 04 de novembro de 2008, regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, 2008.

_____. *Lei nº 11.692*, de 10 de junho de 2008, dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens –ProJovem, 2008a.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório Infopen – Relatórios estáticos do sistema prisional*. Brasília: retirado do site <http://portal.mj.gov.br>, no dia 22/02/2012.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rosseti. *A política social no capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*, v 20, nº. 1. p. 264-304. Porto Alegre, junho de 1999.

CARCANHOLO, Marcelo. *Conteúdo e forma da crise do atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades*. In: ____ Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política, v 01, nº 03. Ed. Especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo. Dez. 2011.

_____. Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: uma interpretación desde Marx. Madrid. Maia Ediciones, 2017.

CHESNAIS, F. *O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*. In: _____ Chesnais, F. (org.) *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CARRANO, Paulo. Políticas Públicas de Juventude: desafios da prática. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virginia (Orgs). *Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil* São Paulo: Petropolis, 2012, pg 235-250.

IBGE. *Indicadores IBGE: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa – Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre 2003-2013*. Disponível em: ibge.gov.br Acesso em: 22 de fev. 2017.

GRANEMANN, Sara. Políticas Sociais e Financeirização dos direitos do trabalho. In: _____ *Revista Em Pauta*, número 20, p. 57-68, 2007

HARVEY, David. Do fordismo à acumulação Flexível. In: _____: *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Cap. 9, p. 135- 162.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo (Trad.). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política: livro I*. Reginaldo Sant'Ana (Trad.). 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *Grundrisse: manuscrito econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Mario Duayer; Nélo Scheneider (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital: Crítica da economia política: Volume III. Livro Terceiro. O processo de produção capitalista*. Editado por Friderich Engels. Tomo I. São Paulo: Editora Abril, 1984.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Juventude Decente e Trabalho no Brasil*: Transição da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres do Brasil, 2014. Disponível em: <www.oitbrasil.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2017.

ROMERO, Daniel (Org.). *Marx sobre as crises econômicas do capitalismo*. Diego Siqueira (Trad.). São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

ROSDOLKY, Roman. *Gênese e estrutura do capital de Karl Marx*. César Benjamim (Trad.). Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidades. In: Boschetti et al (Orgs.) *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSITO, Marília P; CORROCHANO, Maria C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 24, p.16-39, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 12 set. 2006.

SPOSITO, Marília Pontes et al. (Org.). Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 11, nº 32, Mai/Ago. 2006.

WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (A onda punitiva)*. Rio de Janeiro, 2003.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 10/2017

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.